



## Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot

### *A social history of knowledge: from Gutenberg to Diderot*

André Felipe de Albuquerque Fell 

Doutor em Administração

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.

*andre.fell@ufpe.br*

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.



O livro do professor Peter Burke é o resultado de quatro décadas de estudos em cima de textos publicados nos séculos XVI, XVII e XVIII, isto é, estudos dos primeiros textos modernos a refletirem as formas dominantes de conhecimento nos primórdios da Europa moderna. Usando de uma abordagem sociocultural o autor do livro busca examinar as múltiplas transformações na organização do saber no Velho Mundo, enfocando o conhecimento no plural, ou seja, ele não apenas tenta colocar o saber acadêmico em um contexto mais amplo, mas também procura diferenciar os conhecimentos produzidos, transmitidos e compartilhados por diferentes grupos sociais. A obra está dividida em nove capítulos que serão apresentados, de forma sucinta, a seguir.

No **capítulo I**, intitulado “**Sociologia e histórias do conhecimento: introdução**”, estão presentes algumas reflexões iniciais sobre o momento atual conhecido como “sociedade do conhecimento” ou mesmo “sociedade da informação”. Para tal, o autor do livro deixa claro que um dos objetivos centrais do livro “é tentar definir as peculiaridades do presente de modo mais preciso, abordando-o da perspectiva das tendências de longo prazo” (Burke, 2003, p. 11). O que isso significa? Significa que a compreensão do crescente interesse, nos anos 1990, pela história da informação e do conhecimento, passa pela iniciativa de nos tornarmos “mais conscientes do ‘sistema de conhecimento’ em que vivemos, descrevendo e analisando sistemas que mudaram no passado. Quando se habita um sistema, ele aparece em geral como ‘senso comum’. É só pela comparação que podemos vê-lo como um sistema entre outros.” (Burke, 2003, p. 12).

Aqui, a pouco e pouco, vai se apresentando a perspectiva na qual tudo aquilo que os indivíduos consideram ser verdadeiro ou conhecimento recebe influência, quando não é diretamente determinado pelo seu meio social, delineando o que se conhece presentemente como “sociologia do conhecimento” e que remonta ao início do século XX em três países distintos: França, Estados Unidos e Alemanha.

Auguste Comte, na França, havia pleiteado uma história social do conhecimento ou “história sem nomes”; enquanto Émile Durkheim e Marcel Mauss passaram a estudar a origem social das “representações sociais”, tais como tempo e espaço, profano e sagrado; a categoria de pessoa etc. O que isso quer dizer? Significa um esforço de conhecer de forma



doi: [10.28998/cirev.2024v11e15635](https://doi.org/10.28998/cirev.2024v11e15635)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 04/06/2023

Aceito em: 04/02/2024

Publicado em: 09/02/2024

mais ordenada atitudes tão fundamentais que nem mesmo as pessoas sabem que as têm. Daí representar uma novidade: “o exame sistemático das categorias ‘primitivas’ sobre as quais viajantes e filósofos tinham comentado em séculos anteriores, também a conclusão geral de que as categorias sociais são projetadas sobre o mundo natural, de modo que a classificação das coisas reproduz a classificação das pessoas” (Burke, 2003, p. 13).

Ainda em termos de contribuição francesa para a sociologia do conhecimento, Peter Burke menciona as notáveis análises das “mentalidades coletivas” ou pressupostos compartilhados, realizados pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Enquanto Bloch, usando da abordagem dos pressupostos compartilhados, estudou a crença nos poderes curativos dos reis da França e da Inglaterra; Febvre desenvolveu uma análise do que chamou “problema da descrença” no século XVI e argumentou que naquele tempo o ateísmo se mostrava impensável.

Já nos Estados Unidos, Thorstein Veblen se interessou pela sociologia do conhecimento ao preocupar-se com a relação entre grupos sociais e instituições específicas com o conhecimento. Para essa área, ele trouxe três importantes contribuições:

1. Publicada em 1906, buscava considerar qual seria o lugar da ciência na civilização moderna. Veblen na sua argumentação expõe que o moderno “culto à ciência”, como ele chamava, o qual incluía a inclinação a explicações impessoais no lugar das explicações antropomórficas, seria um desdobramento do surgimento tanto da indústria, quanto da tecnologia das máquinas.
2. Em uma investigação sobre o mundo acadêmico norte-americano, Veblen chegou a comparar os acadêmicos a outros “guardiões do conhecimento esotérico”, tais como os curandeiros, xamãs e padres. Por quê? Porque em ambos os grupos, pode-se considerar o conhecimento no seu caráter, alcance e método como sendo resultado dos hábitos e costumes da vida do grupo.
3. Por último, Veblen, em um ensaio, procurou explicar que a primazia intelectual dos judeus na Europa (1919) atingira seu apogeu no século XIX porque foi nesse momento em que muitos judeus foram assimilados à cultura cristã, ainda que de forma incompleta, uma vez que rejeitando sua própria herança cultural não significava aceitar completamente a dos gentios. Explica-nos Burke (2003, p. 14): “Sua independência em relação às ideias consideradas verdadeiras no mundo à sua volta encorajava esses intelectuais de extração judaica a se tornarem inovadores intelectuais.”

Por último, na Alemanha da mesma época, o que existia era um maior interesse pela sociologia das ideias, ora acompanhando as ideias de Karl Marx, ora discordando delas. Max Weber, com o seu sistema de valores conhecido como “ética protestante”, situava-o em um contexto social, ainda propondo uma teoria sobre as consequências de ordem econômica. Burke considera até que a sua teoria da burocracia pode ser vista como uma contribuição à sociologia do conhecimento, mesmo não sendo conhecida como tal. Por que o autor do livro tem essa visão? Porque segundo Burke (2003, p. 111): “[...] Weber definia a burocracia como ‘exercício do controle com base no conhecimento’. Ele ligava esse ‘poder da função’ ao governo impessoal na base de regulamentos formais e comunicações escritas apresentadas através dos canais apropriados.”

Mais ou menos ao mesmo tempo que Weber, outros sociólogos, especificamente Max Scheler e Karl Mannheim, observaram que “as ideias são socialmente ‘situadas’ e formadas por visões de mundo ou ‘estilos de pensamento’. Esses estilos de pensamento eram associados a períodos, a nações e (para Mannheim, mas não para Scheler), a gerações

e classes sociais” (Burke, 2003, p. 14). Como exemplo, Mannheim havia identificado dois estilos europeus de pensamentos contrastantes e que se desenvolveram nos séculos XVIII e XIX.

O estilo francês, de um lado, particularmente liberal e universalista, considerava a sociedade sob o ponto de vista de uma razão imutável. Do outro, o estilo germânico predominantemente conservador e “historicista” no aspecto de experimentar o mundo como mudança, fazendo uso da história e não da religião ou da razão para dar sentido à experiência. Em nenhum momento Mannheim buscou apoiar ou condenar qualquer um dos estilos, mas apenas considerar “que os interesses sociais de um dado grupo deixam seus membros sensíveis a certos aspectos da vida social. Sobre essa base, desenvolvem uma ‘ideologia’ particular” (Burke, 2003, p. 14).

Coube ao grupo alemão batizar sua abordagem investigativa como “sociologia do conhecimento”. Todavia, após um auspicioso começo, os estudos relativos ao conhecimento perderam fôlego ou pelo menos se mostraram menos produtivos que outras abordagens sociológicas nos três países mencionados. A ponto de Peter Burke identificar o despontar de uma “nova sociologia do conhecimento” com a participação de Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Claude Lévi-Strauss. Essa segunda geração da sociologia do conhecimento difere da primeira, particularmente por quatro ênfases:

1. Passou-se de uma ênfase voltada para aquisição e transmissão do conhecimento para outra, voltada para sua “construção”, “produção” e até mesmo “manufatura”. Tal mudança pode ser entendida a partir de uma inclinação que houve para o pós-estruturalismo ou pós-modernismo tanto na sociologia quanto em outras áreas. Nota-se, nessa mudança, menos insistência sobre a estrutura social e mais ênfase sobre os indivíduos, a linguagem e sobre práticas tais como a classificação e o experimento. A ênfase na economia diminui, ampliando-se a ênfase na política do conhecimento e nos “detentores do conhecimento”.
2. Os detentores do conhecimento são vistos como pertencendo a um mais variado e maior grupo do que anteriormente. Explica Burke (2003, p. 17): “Os conhecimentos práticos, locais ou cotidianos, bem como as iniciativas dos intelectuais, são hoje levados a sério pelos sociólogos, especialmente os da escola dita ‘etnometodológica’.”
3. A nova sociologia do conhecimento, ao contrário da anterior, tem um interesse maior pela microsociologia, isto é, a vida intelectual cotidiana de grupos pequenos, redes, círculos ou “comunidades epistemológicas” que podem estar localizadas nos microespaços de laboratórios e bibliotecas; sendo consideradas unidades fundamentais a construir o conhecimento e a condução de sua difusão por determinados canais.
4. Finalmente, enquanto a escola alemã de sociologia enfatizava o conhecimento socialmente situado, acima de tudo na classe social; na nova sociologia do conhecimento há uma maior atenção ao gênero e à geografia.

Para Burke, poucos historiadores levaram a sério a sociologia do conhecimento, sendo James Harvey Robinson uma exceção, mas que, todavia, não deixou seguidores. Tanto é que entre as décadas de 1920 a 1950, ainda que alguns acadêmicos marxistas, como o russo Boris Hessen e o inglês Joseph Needham tentassem escrever histórias sociais da pesquisa científica, tais esforços eram obscurecidos pelos principais historiadores da ciência. Completa Burke (2003, p. 18): “Foi só a partir da década de 60 que se tornou normal examinar a ciência de um ponto de vista social. Pouco se escreveu sobre as ciências sociais, e

menos ainda sobre as humanidades, dessa perspectiva, e o que foi escrito se concentra nos séculos XIX e XX e não no início do período moderno.”

Foi tal lacuna que motivou o autor do livro a escolher desenvolver o tema. Ele definiu o período moderno como sendo formado pelos séculos de Gutenberg a Diderot, isto é, um período a partir da invenção da imprensa com tipos móveis na Alemanha por volta de 1450 até a publicação da Enciclopédia de 1750 em diante. Destarte, nas palavras de Burke (2003, p. 18): “O livro tenta uma história social informada pela teoria, as teorias ‘clássicas’ de Émile Durkheim e de Max Weber tanto quanto as formulações mais recentes de Foucault e de Bourdieu.”

O primeiro capítulo é encerrado com uma importante exposição acerca da pluralidade de conhecimentos. Como o livro é baseado, de modo predominante, em textos publicados nos séculos XVI, XVII e XVIII, o seu autor buscou evitar

[...] o grafocentrismo, incluindo o conhecimento oral, e também o logocentrismo, tratando as imagens (inclusive mapas e ilustrações) como meios de transmitir conhecimento. Objetos materiais, de conchas a moedas e de crocodilos empalhados a estátuas, também serão mencionados de tempos em tempos, pois eram colecionados com entusiasmo no período, classificados e exibidos em gabinetes e museus. (Burke, 2003, p. 21).

Em outras palavras, Burke deixa claro que a sua obra mesmo se concentrando nas formas dominantes de conhecimento, especificamente aquele pertencente aos intelectuais europeus; de forma alguma desconsidera ou subestima os conhecimentos produzidos e compartilhados por grupos sociais diferentes. Daí a sua defesa: “Os intelectuais são os detentores de certos tipos de conhecimento, mas outros campos de especialização ou de *know-how* são cultivados por grupos como burocratas, artesãos, camponeses, parteiras e curandeiros.” (Burke, 2003, p. 21).

No **capítulo II** da obra, com o título é “**O ofício do saber: os letrados europeus**”; vamos notar que o autor aborda, nos primórdios da Europa moderna, quem são os principais descobridores, produtores e disseminadores de conhecimento, ou seja, os intelectuais desse período histórico. Daí o objetivo de o capítulo estar voltado para a compreensão do papel social desempenhado pelo homem de saber (intelectual).

Acontece que Burke explica que inexistia consenso de quando os intelectuais surgiram. Se há historiadores defendendo que eles só surgiram na Rússia em meados do século XIX, com a cunhagem da palavra “*intelligentsia*” e referindo-se aos homens de letra que não conseguiam ou mesmo não queriam encontrar alguma posição na burocracia; vamos encontrar outros historiadores, especificamente Jacques Le Goff, que faz referência aos intelectuais na Idade Média em relação às universidades. Há uma preocupação do autor da obra em

[...] descrever os especialistas no conhecimento como ‘letrados’. O termo será empregado algumas vezes a seguir para descrever grupos sociais cujos membros se consideravam ‘homens de saber’ (*docti, eruditi, savants, Gelehrten*), ou ‘homens de letras’ (*literati, hommes de lettres*). Neste contexto, *lettres* quer dizer cultura e não literatura (donde a necessidade do adjetivo em *belles-lettres*). (Burke, 2003, p. 26).

Foi a partir do século XII que os letrados europeus ganharam pela primeira vez visibilidade fora do mundo dos mosteiros desde a Antiguidade tardia e a eles pertencia um grupo de cultos estudiosos leigos, de um modo geral, médicos e advogados. Não à toa o

direito e a medicina constituíam as duas profissões seculares cultas o que lhes assegurava lugar dentro da universidade medieval e outro de *status* no ambiente fora dela.

Há que se ressaltar, todavia, que na Idade Média as universidades apresentavam a maioria de professores e alunos membros de ordens religiosas, predominantemente dominicanas, tendo como o mais famoso dos docentes medievais Tomás de Aquino. Esclarece Burke (2003, p. 28): “Quanto aos professores, eram principalmente o que descrevemos como filósofos e teólogos ‘escolásticos’, embora não usassem esse termo e se referissem a si mesmos como ‘homens de letras’ (*virii litterati*), clérigos (*clerici*), mestres (*magistri*) ou filósofos (*philosophi*).”

Como contraponto aos escolásticos, houve os professores de um currículo universitário de estilo novo, conhecido como as “humanidades”. Esses professores humanistas eram um novo tipo de letrados, alguns vinculados às ordens religiosas, mas muitos eram leigos ensinando em escolas ou universidades, atuando como tutores privados ou ainda dependentes da liberalidade de seus mecenas ou patronos. Acontece que, já nessa época, a baixa remuneração dos docentes nas escolas e universidades tornava para alguns, o ensino uma sina e não uma vocação. Sintetiza Burke (2003, p. 28): “Ensinar oferecia um modo de ganhar a vida com o conhecimento, mas não era uma boa vida.”

A invenção da prensa tipográfica trouxe como uma das principais consequências a ampliação de carreiras abertas aos letrados, a ponto de alguns se tornarem letrados-impressores, outros trabalharem para os impressores fazendo índices, corrigindo provas ou mesmo escrevendo ou traduzindo por encomenda de editores-impressores. Embora facilitada, seguir a carreira de “homem de letra” ainda era algo bastante difícil. Expõe o autor da obra:

Em Veneza particularmente, um grupo de escritores com educação humanista conseguia sustentar-se com suas penas em meados do século XVI, escrevendo tanto e sobre tal variedade de assuntos que vieram a ser conhecidos como *poligraphi*. Figuras semelhantes podiam ser encontradas em Paris, Londres e outras cidades no final do século XVI, produzindo, entre outras publicações, cronologias, cosmografias, dicionários e outros guias para o conhecimento (Burke, 2003, p. 29).

Novas oportunidades para os homens de saber no século XVI também podem ser encontradas na Reforma. Explica Burke (2003, p. 29):

A idéia de Martinho Lutero de um sacerdócio de todos os crentes originalmente parecia tornar supérfluo o clero. Seu colega mais radical da Universidade de Wittenberg, Andréas Karlstadt, chegou a ponto de sugerir a abolição dos graus acadêmicos. Mas Lutero despontou a tempo de sustentar a idéia de um clero culto que pregasse o Evangelho ao povo, sendo a esse respeito seguido por Calvino e outros reformadores protestantes.

Mas e a Igreja Católica? A fundação de seminários a partir do século XVI parece sinalizar preocupação semelhante com a educação dos párocos. Assim, à parte do clero que pôde ser educada nessas instituições era possível optar por dedicar-se aos estudos como vocação, ainda que permanecessem servindo em suas paróquias. Destarte, ainda que à revelia, as igrejas podem ser consideradas importantes fundadoras da vida de estudos como carreira.

A universidade desempenhando uma nova função de instituição de treinamento para o clero das paróquias ou mesmo buscando atender à demanda crescente dos governos por funcionários com formação em direito, ocasionou, em parte, no aumento de estudantes no

século XVI e início do XVII. Aponta Burke (2003, p. 29): “Em meados do século XVII, a oferta de estudantes começava a exceder a demanda por seus serviços, e substancial proporção de graduados se frustrava em suas aspirações.”

Por conseguinte, os homens de saber formados pela universidade encontravam empregos na função de secretários de governantes, aristocratas, eruditos e até mesmo papas. Para Burke (2003, p. 30): “A ocupação não era nova, mas o número de tratados explicando como desempenhar a tarefa sugere que sua importância aumentou no período, quando aumentava a circulação de documentos tanto para os governantes quanto para os nobres em geral.”

Era cada vez mais comum, ainda que um tanto arriscado, em meados do século XVII, encontrar escritores e estudiosos que conseguissem se sustentar graças a uma combinação de patrocínio e publicações. Peter Burke (2003, p. 30) argumenta: “Uma análise abrangendo 559 escritores franceses em atividades entre 1643 e 1665 sugere que, com estratégias adequadas era possível fazer carreira em literatura – no sentido amplo do termo, incluindo dicionários e obras de história, e também as peças de Racine e os poemas de Boileau.”

Acontece que a ruptura com a tradição não deve ser superestimada, uma vez que os subsídios reais continuavam tendo grande importância como fonte de renda para os homens de saber. Tanto é que, por exemplo, Luís XIV continuava concedendo pensões generosas para poetas, astrônomos e o filólogo Charles Du Cange. É importante observar que o número de “escritores que eram membros do clero ou pelo menos viviam às margens continuava significativo. Podem mesmo ter sido a maioria na época de Luís XIV. Até o final do período desse estudo, e mesmo além dele, proporção substancial das obras cultas publicadas ainda era escrita por membros do clero.” (Burke, 2003, p. 30).

Burke aponta que, por volta de 1600, a pouco e pouco, vai acontecendo um processo de diferenciação estrutural entre os letrados europeus. O que isso vem a ser? Indica que os letrados do período não apenas buscavam a sua independência da influência clerical, mas também a construção de um senso de identidade de grupo. Na França do século XVII, vamos encontrar um grupo semi-independente de escritores cuja crescente autoconsciência era marcada pelo uso cada vez frequente de termos como *auteur* (autor) e *écrivain* (escritor).

Na Alemanha, por sua vez, com mais de 40 universidades na segunda metade do século XVIII, além de outras instituições de educação superior, vamos perceber que os professores universitários iniciavam a formação de um grupo distinto, muitas vezes, formado por leigos, mas também por vezes filhos ou genros de outros docentes. Observa Burke (2003, p. 31): “Seu senso de uma identidade distinta é revelado pelo crescente cuidado com os títulos e as vestes acadêmicas, e também pelo surgimento de galerias exibindo retratos de professores na Universidade de Uppsala e outras.”

Já na Inglaterra do início do século XVII, vamos encontrar letrados como Issac Barrow, diretor do Trinity College em Cambridge, que considerava o seu trabalho como uma vocação, isto é, uma forma de “chamamento” e que o papel dos acadêmicos era “encontrar a verdade”, além de “alcançar o conhecimento”. Explica-nos Burke (2003, p. 31): “Por “conhecimento” Barrow entendia não a informação sobre “questões óbvias e vulgares”, mas sobre “temas sublimes, abstrusos e intrincados, distantes da observação e do senso comum”.

Naturalmente essa diferenciação social no mundo dos homens de saber desencadeou conflitos entre os grupos diferentes. É em meados do século XVII em diante que houve ataques vigorosos aos que eram chamados pelos ingleses de “os sacerdotes”, um grupo de homens de saber acusados de enganarem as pessoas comuns. Burke (2003, p. 32) esclarece:

Tais ataques teriam sido desnecessários se o clero não continuasse a ser uma força poderosa no mundo cultivado, mas teriam sido impossíveis sem a existência de um corpo substancial de eruditos leigos, comprometidos com um novo ideal, o da autonomia, ou como diziam na época ‘imparcialidade’, no sentido de uma distância crítica de partidos tanto na Igreja quanto no Estado (só no fim do século XVIII as pessoas começaram a falar sobre o conhecimento como ‘objetivo’).

Aproximadamente a partir de 1700 é possível escolher uma carreira intelectual não apenas como escritor ou professor, mas também sendo membro assalariado de algumas instituições dedicadas à acumulação do conhecimento, especificamente as Academias de Ciências que foram fundadas em Berlim, Paris, Estocolmo e São Petersburgo. Todavia, com a limitação dos fundos disponíveis, os assalariados dessas organizações acumuladoras de conhecimento precisavam complementar os seus rendimentos com outras formas de trabalho.

Consideremos ou não esses homens como ‘cientistas’ (termo que só foi cunhado no século XIX), a ascensão desse grupo foi certamente um momento significativo na história dos letrados europeus. Alguns dos membros do grupo escolheram conscientemente sua ocupação de preferência a uma carreira tradicional na universidade. (Burke, 2003, p. 32).

Peter Burke finaliza o capítulo II afirmando que a breve discussão acerca dos letrados no início da Europa moderna, não apenas merece um estudo específico, mas também sinaliza o grau de dificuldade que representa definir a identidade desse grupo, não levando em consideração os tipos diferentes de instituições nos quais desenvolveram suas carreiras. Tal é o propósito do próximo capítulo.

O **capítulo III**, intitulado **“A consolidação do conhecimento: antigas e novas instituições”**, vai levar em consideração a importância do contexto institucional do conhecimento, isto é, os locais nos quais os homens de saber poderiam desenvolver os seus trabalhos inovadores ou não. Daí a assertiva de Peter Burke (2003, p. 37): “As instituições desenvolvem impulsos sociais próprios, além de estarem sujeitas a pressões externas. A tendência a inovar e seu contrário, a tendência a resistir à inovação, têm particular importância para este estudo da história social do conhecimento.”

Como as universidades surgiram de modo simultâneo às cidades em toda a Europa do século XII, vamos notar as instituições-modelo de Paris e de Bolonha sendo seguidas por Oxford, Salamanca (1219), Nápoles (1224), Praga (1347), Pavia (1361), Cracóvia (1364), etc. Tanto é assim que, quando Glasgow foi fundada em 1451, existiam aproximadamente cinquenta universidades em operação. Comenta Burke (2003, p. 38): “Essas universidades eram corporações. Tinham privilégios legais, inclusive autonomia, o monopólio da educação superior em suas regiões, e cada uma reconhecia os graus conferidos pelas demais.”

E como o conhecimento era tratado nessas instituições? À época, não havia dúvidas de que cabia às universidades se concentrarem na transmissão do conhecimento e não na sua descoberta. Em outros termos, era inadmissível que os pensamentos, as opiniões e as interpretações dos grandes filósofos e pensadores pudessem ser igualados ou até refutados posteriormente; assim, cabia apenas aos professores a tarefa de exposição dos posicionamentos das autoridades como Aristóteles, Hipócrates, Tomás de Aquino, entre outros. Oficialmente, as disciplinas que poderiam ser estudadas, eram fixas: as sete artes liberais, além dos três cursos de pós-graduação de teologia, direito e medicina.

Há que se considerar que essas aparentes restrições não impediam o debate, muito pelo contrário. Havia o seu incentivo por meio de uma disputa formal, ou seja, diferentes

indivíduos poderiam defender ou criticar teses diferentes fazendo uso de um sistema de argumentações. Tanto era assim que, “no início do período moderno, as universidades medievais eram mais criticadas pelas disputas do que pelo consenso” (Burke, 2003, p. 39).

Se a diversidade dos saberes, algumas vezes desencadeando conflitos e competição, pode ajudar na compreensão da mudança em termos intelectuais, Burke (2003, p. 39) oportunamente questiona: “Participaram alguma vez os hereges dos centros de poder intelectual? Se participaram, como isso veio a acontecer? E as mudanças no sistema foram oficiais ou não oficiais? Foram resultado de persuasão intelectual ou de alianças políticas? A inovação intelectual levou à reforma das instituições, ou novas instituições tiveram que ser fundadas para fornecer os nichos onde tais inovações pudessem florescer?”.

O autor do livro ainda discute três séculos de mudança intelectual a partir dos três principais movimentos culturais do período: o Renascimento, a Revolução Científica e o Iluminismo. Burke buscou nesses movimentos abordar o papel que as instituições desempenharam, como estímulos ou obstáculos, no processo de inovação cultural.

Foi no movimento humanista associado ao período do Renascimento que houve o ressurgimento da tradição clássica. Mas aqui, os humanistas eram inovadores no sentido de se oporem ao saber convencional dos escolásticos, isto é, dos teólogos e dos filósofos que monopolizavam as universidades da Idade Média. Onde e como os humanistas desenvolviam as suas ideias? Por meio da discussão e fora dos ambientes das universidades, “numa nova espécie de instituição que criaram para si mesmos, a ‘academia’. Inspirada em Platão, a academia estava mais próxima do antigo simpósio ou banquete (inclusive na bebida) que do moderno seminário.” (Burke, 2003, p. 40).

Em outras palavras, a academia “era a forma social ideal para explorar a inovação” (Burke, 2003, p. 40). E, não por acaso, os humanistas às vezes contavam com o apoio da realeza quando diante de opositores nos círculos intelectuais. Uma particularidade dessa academia é que ela era mais formal e duradoura do que um círculo, como, por exemplo, os discípulos de Petrarca; mas também, menos formal do que um departamento universitário. Tanto é que, paulatinamente, os grupos que formavam a academia passaram pelo processo de institucionalização, com estatutos, horários regulares de reuniões e membros fixos. Como exemplo, apenas na Itália, por volta de 1600, existiam 400 academias; sendo possível encontrar outras por toda a Europa, de Portugal à Polônia.

O processo de inovação intelectual ainda mais autoconsciente do que o Renascimento e que aconteceu no século XVII, ficou conhecido como “filosofia natural”, “nova filosofia” ou “filosofia mecânica”. Ele

[...] envolvia a rejeição tanto da tradição clássica quanto da medieval, inclusive de uma visão de mundo baseada nas idéias de Aristóteles e Ptolomeu. As novas idéias estavam associadas a um movimento em geral conhecido (a despeito de dúvidas crescentes sobre a propriedade do rótulo) como Revolução Científica. (Burke, p. 42-43).

Os adeptos do novo movimento, do mesmo modo que os humanistas, mas em uma dimensão mais grandiosa, buscaram incorporar conhecimentos alternativos ao saber estabelecido. Como exemplo, a química tinha uma dívida com a tradição artesanal da metalurgia, enquanto a botânica pôde se desenvolver a partir dos conhecimentos gerados nos trabalhos dos jardineiros e curandeiros populares. Curiosamente, ainda que alguns dos líderes do movimento trabalhassem em universidades como Galileu e Newton; existia nos círculos acadêmicos uma significativa oposição à nova filosofia.



Destarte, uma resposta a essa oposição pode ser encontrada na fundação, por parte dos que apoiavam essa nova abordagem, de organizações próprias, ou seja, sociedades como a *Academia del Cimento* (Academia do Experimento), em Florença (1657), a *Royal Society*, em Londres (1660), a *Académie Royale des Sciences*, em Paris (1666), entre outras. Essas organizações ainda que lembrassem em muitos aspectos as academias humanistas, diferiam destas por darem maior ênfase aos estudos da natureza.

Aqui, é possível observar a existência da visão de que as “sociedades científicas” foram criadas como alternativas às universidades porque estas últimas, no século XVII, muito pouco contribuíam para o avanço da ciência. Uma série de estudos publicados, a partir de 1970, puderam contrapor esta perspectiva, a ponto de Burke (2003, p. 43) afirmar: “[...] o estudo da matemática e da filosofia natural tinha lugar importante nas universidades e que a crítica das universidades na época era desinformada, quando não deliberadamente tendenciosa. No caso de Oxford, o estabelecimento das cátedras de astronomia e geometria respectivamente em 1597 e 1619 foi citada muitas vezes. Também foi sublinhado o interesse pelas novas idéias nas universidades.” Desse modo, Burke esclarece que qualquer tentativa de simplesmente opor às academias progressistas e às universidades reacionárias torna-se equivocada, uma vez que muitos estudiosos faziam parte de ambas.

Por último, em termos institucionais, é possível perceber um ponto de inflexão, no século XVII, provocado por três fatores:

1. É posto à prova o que Burke (2003, p. 47) chama de “monopólio virtual da educação superior” que nesse momento histórico era desfrutado pelas universidades.
2. Há o surgimento do que conhecemos como instituto de pesquisas, assim como do pesquisador profissional e da pesquisa propriamente.
3. Nas palavras de Burke (2003, p. 47): “[...] os letrados, especialmente na França, estavam mais profundamente envolvidos que nunca com projetos de reforma econômica, social e política, em outras palavras, com o Iluminismo.”

No **capítulo IV**, com o título **“O lugar do conhecimento: centros e periferias”**, há uma preocupação do autor em relacionar o que as pessoas sabiam ao lugar em que viviam, isto é, “[...] uma ‘distribuição espacial’ do conhecimento, dos lugares em que o conhecimento foi descoberto, guardado ou elaborado, e também daqueles para os quais era difundido.” (Burke, 2003, p. 56). Nessa “geografia do conhecimento”, é possível distinguir dois níveis:

- O micronível. Aqui, as “redes de conhecimento” além das tradicionais como a universidade, o mosteiro e o hospital; ficando as notícias na taberna e barbearia. Assim, a pouco e pouco, foram surgindo novos lugares como a galeria de artes, o laboratório, a livraria, o anfiteatro de anatomia, o escritório, o café e a biblioteca. Pondera Burke (2003, p. 56): “A biblioteca aumentou de importância, assim como de tamanho depois da invenção da imprensa. Dentro da universidade, começava a rivalizar com a sala de conferências, pelo menos em certos lugares. A Universidade de Louvain ainda declarava em 1639 que uma biblioteca era desnecessária porque “os professores são bibliotecas ambulantes”, mas em Leiden, ao contrário, a biblioteca abria duas vezes por semana e os professores às vezes emprestavam suas chaves aos estudantes” (Burke, 2003, p. 56). Nessa época, além da universidade, algumas bibliotecas públicas ou privadas vieram a se tornar centros de estudos, locais de trocas de ideias e informações, lugares de leitura ou de sociabilidade culta. Daí ser inimaginável a exigência de silêncio nas bibliotecas da época porque assim como as livrarias e os cafés, elas encorajavam

a combinação de comunicação oral com a comunicação impressa. Ademais, houve uma ampliação e especialização das sedes de conhecimento nas cidades relativamente grandes como Roma, Veneza, Amsterdã, Paris e Londres. Esclarece Burke (2003, p. 57): “Os espaços públicos das cidades facilitavam a interação entre homens de ação e homens de conhecimento, entre nobres e artesãos, entre o trabalho de campo e o gabinete, em suma entre diferentes conhecimentos. As formas de sociabilidade tinham – e ainda têm – influência sobre a distribuição e até mesmo sobre a produção do conhecimento.”

- O macronível. Aqui, é abordado o importante papel que as cidades desempenharam como, o que o autor do livro denominou “escalas nas redes de longa distância” (Burke, 2003, p. 57), significando que algumas cidades, pela sua posição geográfica estratégica, poderiam ligar a Europa à China ou às Américas, como, por exemplo, as cidades asiáticas Macau, Goa e Nagasaki; as cidades americanas como México e Lima, não se esquecendo de mencionar a importância de algumas cidades da própria Europa como Roma, Sevilha, Londres e Amsterdã. Observa Burke (2003, p. 57): “Neste nível macro, a história do conhecimento nos primórdios do mundo moderno é às vezes vista em simples termos de difusão da informação e, em particular, da informação científica, da Europa para as outras partes do globo.” Todavia, o presente capítulo vai se preocupar essencialmente do movimento da periferia da Europa para seus centros, enfatizando ainda a crescente consciência, por parte dos europeus, de um mundo que ia muito além da Europa. “Essa consciência era muitas vezes alimentada por interesses religiosos, econômicos e políticos, mas dela também fazia parte o conhecimento em si. O contraste entre o conhecimento instrumental e a curiosidade desinteressada não deve ser muito marcada. Mas a distinção é útil.” (Burke, 2003, p. 57).

Com o surgimento de uma economia mundial, a ascensão de algumas cidades, por vezes sedes das principais bibliotecas; sem esquecer do aspecto da centralização do poder, foi possível notar a crescente centralização do conhecimento que por sua vez tinha ligação com aperfeiçoamentos nas comunicações e com o surgimento do livro impresso. Acontece que a tal centralização do conhecimento ocorria de forma autônoma, resultando do processo de intercâmbios intelectuais que aconteciam na República das Letras ou “Comunidade do Saber”, expressão frequentemente usada, nos primórdios da Europa moderna, para reconhecer a comunidade internacional dos estudiosos.

Burke (2003, p. 60) ainda observa que a existência de cidades europeias “[...] ainda mais importantes no processo de transmissão do conhecimento sobre outras partes do mundo para o Ocidente. Diferentes tipos de cidades – portos, capitais e cidades universitárias – tinham diferentes funções sobre esse aspecto [...]”. Dito de outra forma, a ênfase do autor do livro recai na interação existente entre periferias e centros, ou mais claramente, sobre a pesquisa de campo e o gabinete. “Os temas paralelos serão a ‘importação’ do conhecimento pela Europa e seu subsequente ‘processamento’ – compilação, cálculo, classificação e crítica” (Burke, 2003, p. 60). Como exemplo, Burke menciona os colecionadores europeus de conhecimentos exóticos que iam a campo estudar plantas, animais e minerais.

Um aspecto relevante no que diz respeito à difusão da informação era o papel desempenhado pelos portos, à época centros de informações, como os de Lisboa, Sevilha e Veneza. Comenta o autor do livro: “Os habitantes dos portos dirigiam-se regularmente ao

cais para conversar com os marinheiros dos barcos recém-chegados. Os portos eram núcleo do comércio de astrolábios, cartas, mapas e globos. Eram também os lugares perfeitos para encontros entre diferentes tipos de conhecimento e entre diferentes tipos de pessoas.” (Burke, 2003, p. 60).

Há, contudo, uma ressalva quanto aos portos: era que eles não detinham o monopólio das oportunidades de acesso à informação. Burke (2003, p. 64) ressalta a existência das capitais do conhecimento como Roma, Paris e Londres que figuravam como as mais importantes concorrentes dos portos, “[...] especialmente, mas não exclusivamente, no campo das notícias políticas.” Roma, como centro de informações, apresentava longa rivalidade com Veneza por três motivos:

1. Abrigava o Vaticano, quartel-general do mundo católico e local central para onde vinham embaixadores da Etiópia, do Japão e do Tibet, não esquecendo dos países europeus e para o qual os núncios (embaixadores do papa) enviavam regularmente os seus relatórios.
2. Roma também era considerada o quartel-general de diversas ordens de missionários, tais como, os franciscanos, os dominicanos e, principalmente, os jesuítas. Esses últimos “[...] adotavam o sistema de mandar ao geral em Roma relatórios regulares ou ‘cartas anuais’ de todas as casas e colégios jesuítas no mundo. A Congregação para a Propagação da Fé, no século XVII, era outra fonte de informações sobre as missões.” (Burke, 2003, p. 64).
3. Também era característica de Roma ser um centro de informação culta, isto é, apresentar instituições educacionais famosas em toda a Europa, tais como a *Sapienza*, o *Collegio Romano* e aqueles colégios fundados para o treinamento de estudantes estrangeiros como missionários: o colégio alemão (1552), o grego (1577), o inglês (1578), o maronita (1584) e o irlandês (1628).

A partir do final do século XVII, Paris junto com seu satélite Versalhes constituía um outro centro de informação política. A existência, na época de Luís XIV, das embaixadas turca, persa, marroquina e siamesa evidencia que o intercâmbio diplomático não se restringia às fronteiras dos países europeus e que, com a crescente centralização do Estado francês, houve um aumento do fluxo de informações para Paris. Ademais, Paris também podia ser considerada “um centro de informações culta, que se reunia e promovia debates em instituições oficiais, como a biblioteca Real, o Jardim Real a Academia de Ciências, o Observatório e a Academia de Inscrições.” (Burke, 2003, p. 65).

Londres, por sua vez, combinava as funções de porto e de capital; sendo o quartel-general para a Companhia da Rússia, fundada em 1555, além da Companhia do Levante (1581), da Companhia da África (1581) e da Companhia das Índias Orientais (1599). É nessa capital europeia que eram enviadas grandes quantidades de informações do mundo estrangeiro para mercadores individuais, além de serem coletadas nas sedes das companhias. Em termos específicos, reuniam-se estudiosos e mercadores, quer para discutirem mapas e rotas, mas também para a guarda desses mapas, diários de bordo e cartas contendo informação detalhada sobre preços de mercadorias na Índia, por exemplo; mas também de muitas outras questões não necessariamente comerciais.

Burke, ainda no capítulo IV, explica que por efeito, em parte, da divisão urbana do trabalho, bem como, em parte, devido à desorientação ocorrida aos cidadãos que viviam nas maiores cidades da Europa, gradativamente houve a proliferação dos serviços de informação nas cidades modernas iniciais. Em outras palavras, elas (as cidades) “[...] começavam a produzir volumes crescentes de informação sobre si mesmas.” (Burke, 2003, p. 69) Essas

informações podiam ser encontradas junto a especialistas em tipos diferentes de comunicação oral; nos guias das cidades (pessoas e livros); nos cartazes, almanaques, jornais, éditos oficiais, nas sinalizações de nomes de ruas e números das casas. Expõe o referido autor:

A sistematização do conhecimento nas cidades e fora delas era parte de um processo mais amplo de elaboração ou “processamento”, que incluía compilar, checar, editar, traduzir, comentar, criticar, sintetizar ou, como se dizia na época, “resumir e metodizar”. O processo pode ser descrito em termos de uma linha de montagem. À medida que a informação se deslocava na rota do campo à cidade, grande quantidade de diferentes indivíduos acrescentava sua contribuição. Por meio disso, o conhecimento era “produzido”, no sentido de que as novas informações se transformavam no que era visto – ao menos pelos letrados – como conhecimento. Seria absurdo sugerir que as informações chegavam livres de conceitos ou categorias, tanta era a ‘matéria bruta’ importada pela metrópole das colônias. (Burke, p. 72).

Entretanto, para que o conhecimento fosse usado com eficácia, tornava-se necessário que ele fosse “assimilado ou adaptado às categorias da cultura europeia” (Burke, 2003, p. 72). E era no ambiente urbano que esse de assimilação, de um modo geral, tinha lugar. Burke aponta que as cidades eram conhecidas como “centro de cálculo”, ou seja, lugares nos quais a informação local de diversas regiões e, relacionadas a diferentes temáticas, era transformada em conhecimento geral, como na forma de mapas, estatísticas, etc. “Um dos primeiros exemplos é o da antiga Alexandria, com sua famosa biblioteca, onde estudiosos como o geógrafo Eratóstenes transformavam o conhecimento local em conhecimento geral.” (Burke, 2003, p. 73).

Ademais, além de centros de cálculo, as primeiras cidades modernas podiam ser vistas como centros de crítica e síntese. “A acomodação do conhecimento local ou mesmo ‘periférico’ aos interesses do centro era auxiliada pelo uso de questionários que, como as estatísticas, facilitavam os contrastes e comparações” (Burke, 2003, p. 73). Há que se notar o quanto o processamento do conhecimento representava uma atividade coletiva na qual os estudiosos interagiam com os artistas, burocratas e impressores. Tal colaboração só era viável em cidades de grande porte porque nelas era possível reunir uma considerável variedade de ocupações especializadas.

Além do processamento, o capítulo IV é finalizado com o processo de distribuição do conhecimento. Segundo Burke (2003, p. 75): “[...] o conhecimento era distribuído ou reexportado em forma impressa, modo que atenuava as barreiras geográficas, ‘deslocando’ conhecimentos de seus ambientes originais.” Para tal, as principais cidades europeias como Veneza, Amsterdã, Londres, Roma e Paris eram importantes centros impressores. O autor ainda esclarece que, originalmente, a rede de distribuição de livros seguia as rotas de negócios já estabelecidas; somente mais tarde é que ela criou suas próprias rotas.

Com o título do **capítulo V, “A classificação do conhecimento: currículos, bibliotecas e enciclopédias”**; Peter Burke vai se ocupar, com mais detalhes, dos problemas de classificação do conhecimento. Dito de outra forma, enquanto o capítulo anterior expôs “uma geografia dos primórdios do conhecimento”, o presente capítulo vai se ocupar de uma abordagem antropológica do conhecimento; abordagem mais adequada uma vez que no período moderno os “sistemas ocidentais de categorias de princípios” eram extremamente diferentes dos atuais vigentes. Sintetiza Burke (2003, p. 79): “[...] o principal tema deste

capítulo é a taxonomia do próprio conhecimento, vamos nos concentrar no conhecimento acadêmico, tentando colocá-lo no contexto dos conhecimentos alternativos.”

Acontece que o conhecimento no início da Europa moderna era classificado por grupos distintos de maneiras também distintas. Algumas das distinções conhecidas foram:

- A diferença entre o conhecimento teórico e o prático.
- A diferença entre o conhecimento dos filósofos e o dos empíricos, isto é, como alguns diziam, “ciência” (*scientia*) e “arte” (*ars*).
- A distinção entre o conhecimento público e o privado; este último, incluindo os segredos de Estado (*arcana imperii*), os segredos da natureza (*arcana naturae*) em que o seu estudo era conhecido como “filosofia oculta ou ocultista”. Como exemplos ocultistas, havia os segredos da alquimia que eram transmitidos de maneira cifrada, seja por redes informais de colegas e amigos ou por meio de sociedades secretas; havia ainda os segredos técnicos cuidadosamente compartilhados nas guildas de artesãos e que excluía os intrusos.
- A distinção entre o conhecimento legítimo e o conhecimento proibido, os *arcana Dei*, “conhecimento que devia ser mantido em segredo não só do público em geral, mas de toda a humanidade. Até que ponto a curiosidade intelectual era legítima, ou não passava de uma ‘ vaidade ’ ou pecado, era o tema do debate.” (Burke, 2003, p. 80).
- A diferença entre o alto e o baixo conhecimento (*scientia superior et inferior*) elaborada pelo dominicano Giovanni Maria Tolosani nos idos de 1540 e sendo útil para lembrar do aspecto hierárquico existente na organização intelectual do conhecimento no período em tela. Como exemplos, tanto o conhecimento masculino, como o conhecimento da esfera pública eram vistos pelos homens como de ordem superior ao conhecimento feminino, mais ou menos restrito à esfera da piedade e do domínio doméstico.
- Ainda havia a distinção antiga entre o conhecimento liberal e o conhecimento útil que, mesmo no início do período moderno, continuava a ser feita. Assim, o conhecimento liberal, como o dos clássicos latinos e gregos, em 1450 e até mesmo em 1550, apresentava elevado *status*. Por outro lado, o conhecimento meramente útil, como o do comércio ou o dos processos de produção eram, assim como os artesãos e os mercadores que o detinham considerados como de menor *status*. Comenta Burke (2003, p. 81): “Seguindo uma classificação medieval ainda em voga na época, os artesãos eram vistos pelas classes altas como praticantes das sete ‘artes mecânicas’ tradicionalmente especificadas como a confecção de roupas, a construção de navios, a navegação, a agricultura, a caça, a cura e a interpretação teatral.” Tal exemplo da superioridade do conhecimento liberal diante do conhecimento útil constitui para o autor um dos desdobramentos intelectuais “da dominação do Antigo Regime pelo qual Veblen chamava de ‘classe ociosa’” (Burke, 2003, p. 81).
- O contraste entre o conhecimento especializado e o conhecimento geral ou mesmo universal. Dito de outra forma, em certos círculos na Itália do século XV o ideal do “homem universal” era bastante considerado, isto é, a pessoa com “cultura geral” que sabia de tudo ou ao menos sabia alguma coisa sobre tudo. Tais conhecimentos gerais apresentavam a sua importância devido à conexão e interdependência entre as coisas e noções. Todavia, tal ideal a pouco e pouco foi sendo abandonado com a crescente fragmentação do conhecimento.

- Ainda havia a distinção que se fazia entre o conhecimento dos livros e o conhecimento das coisas, a ponto de Comenius destacar, segundo Burke (2003, p. 82), “a importância de estudar as coisas e não as palavras, e distinção semelhante está subjacente à crítica humanista do que consideravam a parolagem dos filósofos escolásticos, o ‘jargão das escolas’.”

Acontece que o foco do capítulo é o conhecimento acadêmico junto com os seus vários campos. A ideia por trás da metáfora campo é que no verbete da Enciclopédia as *gens de lettres* deveriam seguir o conselho de se envolverem nos mais diferentes campos, ainda que não pudessem cultivar todos. Destarte, o termo *terram* usado vai despertar a imagem de estudiosos-camponeses a defenderem seu território intelectual do ataque de seus vizinhos disciplinares.

O autor do livro menciona outra metáfora-chave tanto do século XVI, quanto da Idade Média e que era empregada para visualizar o sistema de conhecimento: a árvore com os seus galhos. Assim, além da árvore do conhecimento, no período, ainda existiam árvores da gramática, árvores da consaguinidade, árvores das batalhas, árvores do amor, etc. Burke (2003, p. 82) observa:

A imagem da árvore ilustra um fenômeno central em história cultural, a naturalização do convencional, ou a apresentação da cultura como se fosse natureza, da invenção como se fosse descoberta. Isso equivale a negar que os grupos sociais sejam responsáveis pelas classificações, assim sustentando a reprodução cultural e resistindo a tentativas de inovação.

No século XVII, para designar a organização do conhecimento, um termo mais abstrato passava a substituir a “árvore” era o termo “sistema”, sendo aplicado quer as disciplinas específicas quer ao conhecimento como um todo. Com a finalidade de avaliar de que modo a classificação do conhecimento acadêmico fazia parte do dia a dia das práticas das universidades europeias, Burke analisa de modo sucessivo três subsistemas, os quais recebem de sua parte, a denominação de tripé intelectual, apresentado ora no aspecto de sua organização, reorganização, estrutura ou reestruturação: currículos, bibliotecas e enciclopédias. Por que isso aconteceu?

É possível notar ao final do capítulo que esse tripé intelectual refletia um imenso esforço sistemático de organizar intelectualmente o conhecimento, de modo a torná-lo acessível ao aprendizado, ao embate para obter ou garantir prestígios, à eventual geração de novos conhecimentos e, progressivamente, ainda que de modo quase imperceptível, a vinculação extramuros da academia do conhecimento ao cálculo utilitário das consequências de se saber, ou seja, quanto maior a busca e acesso ao conhecimento, maior a vantagem competitiva de sua aplicação para a obtenção de riquezas.

No capítulo VI, intitulado “O controle do conhecimento: igrejas e estados”, Burke (2003, p. 109) vai se ocupar do que ele chama a “política do conhecimento”, o que significa “[...] coleta, armazenamento, recuperação e supressão da informação pelas autoridades, tanto da Igreja quanto do Estado.” Aqui, o capítulo busca apresentar o quanto nos primórdios do período moderno os governos apresentavam a tendência geral a acumularem mais e mais informações, quer para a espionagem, quer para embasarem suas políticas externas. Acontece que, à época, os primeiros governos modernos careciam do quantitativo adequado de funcionários que permitisse algum controle sobre a vida daqueles residentes dentro de suas fronteiras. Em termos práticos, Burke (2003, p. 110) explica: “[...] coletavam informações para responder a problemas ou crises específicas, como a sedição, pestes e

guerras, ainda que uma tendência de longo prazo à coleta de informações para apoiar as práticas rotineiras de governo também seja discernível, especialmente de 1650 em diante.”

Todavia, há que se ressaltar a dificuldade de se precisar a cronologia, a geografia e a sociologia dessa acumulação de informações e as várias razões que a impulsionaram. Burke no presente capítulo procura com especial referência abordar como as expansões dos impérios espanhol, português, francês, britânico, sueco ou russo, aconteceram graças à expansão do conhecimento, aqui considerado como ao mesmo tempo pré-condição e consequência desses expansionismos imperiais. Não à toa o autor exemplifica como os conquistadores britânicos, na época da Índia Imperial, fizeram uso dos seus conhecimentos dos direitos indianos e das suas línguas para melhor impor seu domínio.

É importante encontrar no capítulo em tela a observação de que o interesse dos governos em coletarem e armazenarem informações sobre os povos que controlavam é algo desde a época dos assírios, quando não, antes mesmo deles. Burke (2003, p. 111) esclarece: “Como diz um sociólogo contemporâneo (Giddens), “‘todos os Estados foram ‘sociedades da informação’, pois a geração do poder de Estado pressupõe a reprodução reflexivamente monitorada do sistema, envolvendo a coleta, armazenamento e controle regulares da informação aplicada a fins administrativos’.” Como exemplos, tem-se o caso dos antigos romanos que tentaram fazer o recenseamento completo da população; ou o caso do novo rei da Inglaterra, depois da conquista da Normandia de 1066, que determinou que fosse feito um levantamento da população, tanto humana como animal e que ficou conhecido como o “Domesday Book” (Cadastro geral).

Há que se notar que a coleta sistemática e regular de informações como processo ordinário de governo no continente europeu só veio a acontecer no princípio da era moderna. O autor do livro afirma: “A crescente centralização da administração requeria que os governantes soubessem muito mais sobre a vida dos governados do que na Idade Média, e também os qualificava para esse conhecimento. Com a centralização veio também a ascensão da ‘burocracia’, no sentido que Max Weber atribuía ao termo” (Burke, 2003, p. 111). E qual era a atribuição que Weber dava à burocracia? Ele a definia como “o exercício do controle com base no conhecimento”. Weber vinculava “[...] esse ‘poder da função’ ao governo impessoal na base de regulamentos formais e comunicações escritas apresentadas através dos canais apropriados.” (Burke, 2003, p. 111).

Há ainda que se considerar na história do Estado, isso nos primórdios da Europa moderna, além da tendência ao desenvolvimento da burocracia no sentido weberiano, a tendência à burocracia coloquialmente pejorativa e que no século XVI ficou conhecida como “o poder dos secretários”. Detalha Burke (2003, p. 111): “Um indicador da ascensão da burocracia nos dois sentidos foi o crescimento no número de funcionários. Outro, ainda mais visível, foi o surgimento de prédios construídos especificamente para funcionarem como repartições [...]”.

Ademais, à medida que empregavam funcionários para a burocracia, os próprios governantes acabavam se tornando burocratas. Como exemplo, pode-se citar o caso clássico de Filipe II da Espanha, conhecido pelos súditos com “rei do papel” (*el rey papeleno*) e que em seu afã de se informar sobre a vida de seus súditos, passava muitas horas na mesa de trabalho manuseando documentos gerados. Acontece que Filipe II, nos primórdios do período moderno, não foi o único rei burocrata. O desenvolvimento do que Burke chama de “Estado de papel” foi um fenômeno geral na Europa.

Acontece que apesar do exposto, a primeira burocracia europeia não foi de natureza secular, mas sim eclesiástica. Em outros termos, já no século XIII vamos encontrar o papa

Inocência III em busca de informações diversas nos registros oficiais ou conforme expõe Burke (2003, p. 113): “Na Idade Média, segundo um historiador recente de registros escritos, as chancelarias reais eram mais lentas que o papado no desenvolvimento de técnicas escriturais para a administração.” Isso se justifica pelo tamanho a que chegara a Igreja Católica, instituição desenvolvida numa escala muito maior do que qualquer possível monarquia europeia e que tinha o seu clero praticamente monopolizando a alfabetização. Complementa o autor: “A burocracia papal, em particular, tivera origem numa tradição medieval, mas se desenvolveu numa direção que poderia ser chamada de weberiana nos séculos XVI e XVII.” (Burke, 2003, p. 113).

Com a conclusão de suas deliberações em 1563, o Concílio de Trento determinou que os representantes párocos da Igreja Católica mantivessem os registros dos nascimentos, casamentos e mortes dos seus paroquianos. Além disso, era esperado que os bispos regularmente visitassem suas dioceses para medir seu estado espiritual. Justifica Burke (2003, p. 113): “Essas visitas episcopais, que antes eram esporádicas, passaram a ser regulares depois do Concílio, gerando uma massa de registros relativos ao estado físico das igrejas, nível educacional dos párocos, números de irmandades e moralidade do laicato.” Há que se considerar que esse esforço de controle burocrático por parte dos religiosos tinha lugar tanto na Europa católica quanto na Europa protestante.

No **capítulo VII**, cujo título é “**A comercialização do conhecimento: o mercado e a impressão gráfica**”, Peter Burke (2003, p. 137) apresenta a ideia da comercialização do conhecimento como “[...] pelo menos tão antiga como a crítica de Platão aos sofistas por essa prática. A idéia do conhecimento como propriedade (*possessio*) foi formulada por Cícero.” E essa propriedade intelectual sendo “um dom de Deus que não pode ser vendido (*Scientia donum Dei est, unde vendi no potest*)” (Burke, 2003, p. 137), ainda durante algum tempo foi vista, como algo delicado em termos de comercialização, quer por causa das disputas sobre os direitos de propriedade do texto ou ainda as difíceis “disputas sobre prioridades em descobertas que iam do telescópio (Galileu x Della Porta) ao cálculo (Newton x Leibniz)” (Burke, 2003, p. 138).

Em outros termos, do final da Idade Média em diante, ou, mais especificamente, nos séculos XVII e XVIII, tem-se um aumento da percepção dos laços estabelecidos entre o conhecimento e o mercado, isto é, uma “[...] ênfase crescente na exploração do conhecimento para o ganho e na necessidade de proteger os segredos do ofício como ‘propriedade intelectual valiosa’.” (Burke, 2003, p. 139). Para tal, a primeira patente conhecida foi dada ao arquiteto renascentista Filippo Burnelleschi, em 1421, pelo projeto de um navio; em Veneza aprovou-se a primeira lei de patente em 1474; o humanista Marcantonio Sabellico em 1486 recebeu o primeiro direito autoral de um livro que tratava da história de Veneza e, somente em 1567, o Senado de Veneza concedeu a Ticiano o primeiro direito autoral artístico, uma tentativa de evitar a imitação não autorizada das suas obras.

Burke deixa claro que a regulamentação da propriedade intelectual só a pouco e pouco veio a acontecer de modo fragmentário, uma vez existindo, anteriormente, a concessão de privilégios dada pelos Papas, reis e imperadores e que constituíam monopólios temporários ou permanentes com a finalidade de proteger impressores, certos textos, gêneros ou até mesmo novas fontes tipográficas. Afirma Burke (2003, p. 139): “O imperador Carlos V, por exemplo, emitiu 41 ‘cartas de proteção’ (*Schutzbriefe*) desse tipo no curso de seu longo reinado. As leis de direito autoral do século XVIII foram um desenvolvimento desse sistema mais antigo de privilégios.”



Importante é a distinção que o autor da obra faz com relação a atitudes diante de textos (ou imagens): a “individualidade” e a “coletivista”. Na primeira atitude, o texto passa ser visto como sendo da posse de uma pessoa por ser a materialização do trabalho de um cérebro individual. Aqui, vive-se uma cultura fortemente individualista. Na concepção coletivista, o texto é considerado como propriedade comum uma vez que cada novo produto resulta de uma tradição comum. Tal atitude foi a que predominou na Idade Média, como pode ser vista na tradição das cópias. “Os escribas que copiavam manuscritos aparentemente se sentiam livres para fazer acréscimos e alterações. De modo análogo, os estudiosos que escreviam obras ‘novas’ se sentiam livres para incorporar passagens de seus predecessores” (Burke, 2003, p. 140).

Se por um lado, a possibilidade de impressão, que ajudou a fixar e a difundir o texto ao mesmo tempo, de alguma forma acentuou a tendência a atitudes mais individualistas, Burke vai lembrar que o processo de mudança do coletivista para o individualista “não foi nem repentino nem suave, e exemplos da sobrevivência de atitudes coletivistas nos séculos XVI e XVII não são difíceis de encontrar, coexistindo com a ascensão de privilégios e patentes.” (Burke, 2003, p. 140).

No início do período moderno, segundo Burke, a ideia de “propriedade comum” apresenta um aspecto um tanto ambíguo uma vez que “[...] os cuidados complementares e opostos de manter e divulgar os segredos de ofício podem ser encontrados em inúmeros campos” (Burke, 2003, p. 140). O que isso significa? Significa que essa propriedade comum era comum a um grupo social, quer uma guilda ou um governo e não comum a todos. Não é à toa que a tentativa de difundir mais amplamente a informação podia ser vista como um ato de traição porque a espionagem praticada pelos governos nas suas atividades de coleta de conhecimento podia ser considerada como um caso de venda de informações.

A espionagem da época mencionada, contudo, não pode ser definida com a precisão dos dias hodiernos, uma vez que, por exemplo, na República Holandesa os estrangeiros não encontravam dificuldades para descobrirem como funcionavam as máquinas novas porque era um período “em que os empreendedores podiam orgulhar-se de exibir sua tecnologia a visitantes estrangeiros” (Burke, 2003, p. 140). Neste sentido, Peter Burke aborda a espionagem sob o aspecto da informação, no sentido de que como o conhecimento dos ofícios dificilmente era documentado, ou formulado por escrito, a migração das técnicas vinha intrinsecamente acompanhada da migração dos trabalhadores, justificando os esforços de governos e empreendedores individuais em atraírem trabalhadores capacitados do estrangeiro.

Um outro ponto presente nesse capítulo é que trata do comércio e da informação. Expõe Burke (2003, p. 141):

A cultura mercantil era cultura escrita e já o era na Idade Média. O comentário do florentino do século XV Giovanni Rucellai de que um bom mercador sempre tinha os dedos manchados de tinta não é de maneira alguma excepcional. As rotas do comércio eram rotas de papel e os fluxos de comércio dependiam de fluxos de informação.

Como exemplo da importância do valor comercial da informação o autor da obra menciona a história da Companhia das Índias Orientais holandesa, conhecida como VOC (*Vereenigte Ost-Indisch Compagnie*) e cujo sucesso entre suas rivais, como uma multinacional em sua época, entre outras coisas, era atribuído a sua rede de comunicação eficiente, com requisitos informacionais não tão distintos a de um império no sentido de

sistematicamente buscar organizar e valorizar comercialmente a informação. Afirma Burke (2003, p. 143):

A VOC estava interessada em mapear seus territórios, e seus mapas e informes eram constantemente atualizados. Membros da famosa família de impressores Blaeu foram empregados como encarregados dos mapas da VOC de 1633 a 1705, em outras palavras, como produtores de mapas manuscritos contendo informações secretas que não apareciam em seus famosos atlas. Os produtores dos informes tinham que prestar um juramento diante do burgomestre de Amsterdã de que não imprimiriam as informações constantes desses informes e não os revelariam a ninguém que não fizesse parte da companhia. Os informes eram emprestados aos pilotos para uso nas viagens e deviam ser devolvidos em seu retorno.

Um aspecto notável presente no sistema de informações da VOC dizia respeito à importância que ela dava aos relatórios regulares contendo informações comerciais, particularmente em forma estatística. Burke (2003, p. 143) explica: “A VOC parece ter sido rápida no desenvolvimento de uma consciência da importância, para as estratégias de *marketing*, da coleta sistemática de informações, especialmente em forma de estatísticas.” Tanto era assim que já em 1692, por exemplo, os números relacionados às vendas já eram analisados, permitindo à companhia determinar a sua futura política de preços e o quantitativo de pimenta e outras mercadorias a serem encomendadas da Ásia.

Também como ponto a ser ressaltado do capítulo VII é o que diz que a aquisição de conhecimento acerca de assuntos comerciais foi significativamente reforçada pela impressão, isto é, informações comerciais tratando sobre feiras de negócios, preços de diferentes mercadorias, a chegada de navios; estavam cada vez mais disponíveis no formato impresso. Burke (2003, p. 145) argumenta:

A própria publicação de livros era um negócio que atraía o interesse de negociantes que já ajudavam a financiar impressores no século XV. Ainda mais importante, pelo menos da perspectiva do presente estudo, era o fato de que a impressão encorajava a comercialização de todos os tipos de conhecimento. Uma consequência óbvia, mas significativa, da invenção da imprensa foi envolver os empreendedores de maneira mais direta no processo de difusão do conhecimento, “o negócio do Iluminismo”. Os impressores às vezes encomendavam novas edições de textos clássicos, traduções e obras de referência.

Particular destaque é dado no capítulo VII a três cidades europeias que chamaram a atenção do autor do livro quanto à comercialização do conhecimento: Veneza no século XVI; Amsterdã no século XVII e Londres no século XVIII.

Ainda no século XV, Veneza conseguiu alcançar um volume de aproximadamente 4.500 títulos, alcançando algo como 2 milhões de cópias. Um quantitativo maior do que qualquer outra cidade da Europa. Burke (2003, p. 147) contextualiza: “A concorrência era acirrada e não eram raros os impressores que praticavam a espionagem industrial adquirindo provas de um livro em fase de produção para produzir uma edição rival quase simultânea. Não por acaso, o primeiro direito autoral concedido a um escritor foi em Veneza, nesse período.” E, no século XVII, Veneza mantém-se como o principal centro editorial da Europa, tendo em torno de 500 casas impressoras e alcançando um volume de 18 milhões de cópias. Tamanho quantitativo de impressores tornava-se um atrativo para os homens de letras já que o mercado lhes proporcionava o ganho de vida, sem a presença de patrocinadores. Isso era mais visível nos homens de letras conhecidos como *poligraphi* que conseguiam escrever sobre os mais variados assuntos: “[...] prosa e verso, traduções,

adaptações de outros escritores e especialmente obras oferecendo informações práticas, incluindo um guia de Veneza para visitantes, livros sobre comportamento e um tratado explicando como escrever cartas sobre assuntos tão diferentes como amor e dinheiro” (Burke, 2003, p. 148). Acontece que alguns *poligraphi* ainda prestavam serviço a editores particulares, quer na condição de revisores, quer como organizadores – novas profissões a surgirem como resultado da imprensa. Tanto era assim que em Londres e Paris havia as ocupações equivalentes, mesmo Veneza constituindo no século XVI o principal centro dos escritores profissionais.

Todavia, é no século XVII que a República Holandesa vai substituir Veneza como maior centro e mercado da informação. Burke (2003, p. 148) explica: “A exportação de material impresso em latim, francês, inglês, alemão e outras línguas contribuía de maneira importante para a prosperidade da nova nação. A primeira enciclopédia húngara, por exemplo, a *Enciclopédia magiar*, de Apáczai Csere János, foi publicada em Utrecht, em 1653.” E Amsterdã havia se tornado, na segunda metade do século XVII, no mais destacado centro produtor de livros da Europa, assim como fora Veneza anteriormente. E os impressores de Amsterdã se especializaram em imprimir em línguas diferentes, tais como o latim, francês, holandês, alemão, inglês, russo, armênio, iídiche e georgiano. Um exemplo mencionado era a publicação de bíblias inglesas que eram vendidas na Inglaterra a preços mais baratos que o produto doméstico. Além disso, até o final do século XVII, era possível notar o quanto os marinheiros ingleses dependiam dos editores holandeses para orientação e informes até mesmo sobre as costas da Inglaterra. Observando-se ainda que nas décadas de 1650 e 1660 a República Holandesa era vista como o principal entreposto europeu em termos informacionais quando o assunto era o leste da Ásia.

Por último, Peter Burke faz referência à situação de Londres. Nos séculos XVI e XVII, quando comparado com os países restantes do continente, o mercado britânico de livros podia ser considerado provinciano. Tanto é que até a década de 1730 os ingleses mais importavam do que exportavam livros e até meados do século XVIII não era possível encontrar uma grande casa editora na Grã Bretanha, mas que começou a apresentar significativa mudança no final do período mencionado. Burke (2003, p. 150) afirma:

Em 1777, Londres tinha 72 livreiros, e dizia-se que esse era um número superior ao de qualquer outra cidade europeia (embora Veneza tivesse 96 livreiros e impressores em 1736). A expressão “*the trade*” [o negócio, o comércio] era aplicada aos livreiros como se fossem os negociantes por excelência. Em 1725, Daniel Defoe já declarara que “escrever... se tornou um ramo muito considerável do comércio inglês”. Comparou os livreiros aos “mestres fabricantes” e os escritores aos “trabalhadores”. Vale acrescentar que uns poucos destes trabalhadores eram bem remunerados.

Era comum à época, encontrar autores não ficcionistas que podiam pensar em abandonar os patrocinadores e viverem dos ganhos de seus livros porque recebiam adiantamentos suficientemente grandes de seus editores.

Do ponto de vista dos impressores, para que pudessem custear despesas como os adiantamentos aos autores, havia a necessidade de capital vultoso,

[...] ainda mais que depois de dar o adiantamento e imprimir o livro podiam sofrer com a pirataria nos mares bravios do conhecimento. Piratas literários tendiam a operar do outro lado das fronteiras dos Estados centralizados, em zonas onde os direitos dos impressores não pudessem ser protegidos (Burke, 2003, p.150).

Como os impressores conseguiram o dinheiro adiantado? Através da prática de publicar por assinaturas. Burke (2003, p. 151) detalha:

A prática de assinaturas foi ainda mais comum no século XVIII, especialmente para livros caros, e a lista dos assinantes era muitas vezes impressa nos próprios volumes para incentivar outros. Mais de 2 mil dessas listas foram encontradas e estima-se que pelo menos 100 mil indivíduos tenham participado delas no século XVIII na Grã-Bretanha.

O capítulo VII é encerrado pelo autor ao apresentar um visível contraste entre os sistemas de conhecimento do Oriente e do Ocidente no século XVIII. Enquanto na China havia a organização burocrática do conhecimento, ou seja, “nos primórdios da China moderna, o conhecimento estava ligado à coerção, neste caso mais aos mandarins do que aos soldados, mais à pena (literalmente, o pincel da escrita) do que à espada” (Burke, 2003, p. 158); na Europa, por sua vez, o conhecimento se apresentava cada vez mais intimamente ligado à produção via impressão, levando a um sistema de conhecimento mais aberto. Nas palavras de Burke (2003, p. 158): “A invenção da prensa tipográfica efetivamente criou um grupo social com interesse em tornar público o conhecimento.” Com isso, o autor da obra não está dizendo que a causa para a informação ter se tornado público foi exclusivamente por razões de ordem econômica; tanto é que ele faz menção ao fato de rivalidades políticas entre governos, às vezes desencadeava a revelação de segredos, simplesmente com a intenção de prejudicar o governo adversário.

O **capítulo VIII**, cujo título é **“A aquisição do conhecimento: a parte do leitor”** procura entender como os próprios consumidores adquiriam ou se apropriavam do conhecimento, mas também que usos eles encontravam para esse conhecimento. Em outras palavras, o autor do livro aponta que é relativamente bem documentado o consumo individual do conhecimento como foi o caso da prática da publicação por assinaturas que permitiu aos historiadores “alguma noção da natureza do público leitor em diferentes lugares e momentos e dos diferentes tipos de livros” (Burke, 2003, p. 159). Acontece que as listas de assinaturas sinalizavam um problema comum à época que eram as limitações ao acesso do indivíduo ao conhecimento; significando que apenas uma ínfima parcela da população tinha condições de assinar uma revista ou enciclopédia *in folio*. Fora a restrição de acesso às bibliotecas públicas e quase-públicas que acontecia de forma mais óbvia pela localização do indivíduo, como, por exemplo, os habitantes de Paris e de Roma podiam desfrutar de consideráveis vantagens quando comparados aos demais.

Além do aspecto geográfico, Peter Burke ressalta a relevância da sociologia das bibliotecas para a história da aquisição do conhecimento. O que isso quer dizer? Burke (2003, p. 160) esclarece:

O acesso às primeiras bibliotecas modernas dependia das atitudes dos bibliotecários e de sua equipe. A correspondência dos estudiosos estrangeiros, por exemplo, está repleta de queixas sobre a dificuldade de obter acesso à Marciana em Veneza. Em seu tratado sobre as bibliotecas, Gabriel Naudé observa que só a Bodleian em Oxford, a Ambrosiana em Milão e a Agostiniana em Roma permitiam acesso livre aos estudiosos (sabe-se que a Bodleian foi frequentada por aproximadamente 350 leitores estrangeiros em 1620 a 1640).

Esse é um período em que as bibliotecas públicas se multiplicavam, bem como o quantitativo de usuários e o de livros disponíveis nas estantes; a realização, cada vez mais frequente, de palestras para um público que ia além dos universitários acontecia tanto em Londres como em Paris e outras cidades; gradativamente os museus que em sua maioria

abrigava coleções privadas, foram se tornando mais acessíveis ao longo do período, ainda que tenham sido frequentados pelos visitantes das classes mais altas, conforme evidenciam os livros de visitantes que restaram.

Há que se observar, contudo, que o presente capítulo VIII vai atentar para a aquisição do conhecimento por meio da leitura de livros e de periódicos. Esses últimos receberam menção especial do autor da obra porque facilitavam o aprendizado, a ponto do filósofo italiano Cesare Beccaria comentar na revista *IL Caffé* que os periódicos conseguiram difundir o conhecimento mais amplamente do que os livros e que estes últimos, por sua vez, difundiam o conhecimento mais amplamente do que os manuscritos. Curiosamente “alguns leitores se sentiam intimidados pelos livros e preferiam não mantê-los em casa. O periódico, porém, era mais amigável.” (Burke, 2003, p. 160).

Um ponto importante no capítulo diz respeito às práticas individuais de leitura, resultantes da proliferação e posterior dessacralização do livro. Em fins do século XVIII, é possível notar na Alemanha a mudança da leitura intensiva para uma leitura mais extensiva, ou seja, uma leitura de folhear, consultar, passar os olhos. Não que a leitura extensiva fosse uma exclusividade do período. Tanto é que já na Roma antiga vamos encontrar, em sua segunda carta a Lucílio, o filósofo Sêneca aconselhando o seu discípulo a não folhear os livros, algo comparável a brincar com a comida. Expõe Burke (2003, p. 161):

Francis Bacon desenvolveu a mesma comparação entre ler e comer em seu ensaio “Dos Estudos” ao distinguir três maneiras de usar os livros: “Alguns livros são para provar, outros para engolir, e uns poucos para mastigar e digerir”. O conselho de Bacon sugere que era perfeitamente possível que a mesma pessoa praticasse diferentes estilos de leitura no século XVII, exatamente como muitos de nós fazemos hoje.

A leitura intensiva, por sua vez, era incentivada nas escolas e nas universidades; demandando um maior esforço intelectual e dedicação por parte dos leitores.

O autor do livro menciona que o florescimento das obras de referência incentivou a leitura extensiva. Obra de referência pode ser o livro que não é destinado “a ser lido de ‘fio a pavio’, mas a ser ‘consultado’ por alguém que ‘passa olhos’ ou ‘se refere’ a ele em busca de uma peça específica de informação, um atalho para o conhecimento.” (Burke, 2003, p. 164). No período, houve mudanças no formato físico dos livros, sinalizando que muitos deles teriam outro uso que não a leitura intensa ou cerrada. Como exemplo, a presença cada vez mais frequente de índices remissivos e sumários (*table of contents*, em inglês). Este último, “[...] devia ser tomado literalmente, uma vez que a lista de capítulos poderia ser substituída ou complementada por um resumo na forma de tabelas classificatórias [...] que tornavam possível que o leitor percebesse a estrutura do tratado apenas com uma passada de olhos.” (Burke, 2003, p. 164).

Fora isso, fazia-se o uso de colunas paralelas presentes em tabelas cronológicas que ajudavam o leitor no esforço de sincronizar “diferentes sistemas de lidar com o tempo (judaico, cristão, muçulmano, etc.), revelando assim ‘anacronismos’. Em paralelo com o surgimento da estatística, observa-se o aumento da importância de tabelas de números, seja astronomia, história ou economia política o tema do livro.” (Burke, 2003, p. 165).

Um fato ocorrido, além da necessidade de novas habilidades para a leitura ou até mesmo de alfabetização que permitisse o devido entendimento de tabelas de números, mapas, etc., é que com a proliferação dos livros, surge o problema de que modo o leitor, sem perda de tempo, poderia realizar comparações de relatos sobre um mesmo fenômeno.

Como solução, Burke (2003, p. 165) explica: “Uma roda de livros, projetada para sustentar simultaneamente diversos volumes abertos, tornou mais fácil a tarefa de cotejo.”

Há no capítulo VIII uma exposição de como no Ocidente é organizada a informação em enciclopédias: o que se chamou de “princípio enciclopédico”, conhecido como organização temática ou a tradicional árvore do conhecimento e, em segundo lugar, o que se chamou de “princípio do dicionário”, ou seja, a ordem alfabética dos tópicos.

No primeiro caso, a estruturação tradicional do conhecimento, também conhecido como temático, holístico ou orgânico permitia que os leitores “intensivos” percebessem o encadeamento dos conhecimentos. O que isso vem a ser? É a possibilidade de perceber os elos existentes entre disciplinas ou especialidades, ou ainda, “o sistema subjacente a elas”. Tanto é assim que as enciclopédias medievais ou do período renascentista foram elaboradas para serem lidas e não consultadas; ainda que pudessem ter incluso um índice alfabético, como o volume de Reisch. Já o sistema alfabético, se por um lado, poupava significativamente o tempo do leitor; por outro, desencadeava uma fragmentação, uma compartimentação do conhecimento; o que por sua vez acabava ocasionando uma mudança na visão e leitura do mundo.

Peter Burke considera relevante o esforço de reconstruir de que jeito os primeiros leitores modernos adquiriam e usavam conhecimentos; o que podia ser feito pelos estudos de casos de indivíduos. Como ilustração, o autor da obra menciona a descoberta de quais livros de referência os donos de pequenas bibliotecas adquiriam. Ele explica: “Os inventários dos livros deixados por estudantes e professores da Universidade de Cambridge, por exemplo, incluem muitas referências a dicionários (em particular o de Antonius Calepinus) e enciclopédias (sobretudo a de Gregor Reisch).” (Burke, 2003, p. 169). Todavia, muito mais desafiador do que saber quais os livros adquiridos, era saber de que modo as obras de referência eram usadas.

Burke encerra o capítulo VIII expondo que o contraste entre as formas de ler entre Montaigne e Montesquieu, até certo ponto podem simbolizar o contraste entre as maneiras de ler nos séculos XVI e XVII. Enquanto Montaigne lia de forma intensiva, permitindo-o citar passagens de memória, ainda que com pequenas imprecisões; Montesquieu, por sua vez, muitas vezes apenas folheava os livros, sem procurar lê-los até o fim, voltando a sua atenção para os fatos e às estatísticas. Um outro aspecto interessante no final do oitavo capítulo é a curiosidade que os europeus educados demonstravam por outras culturas. Nas palavras do autor da obra:

Muitos pensadores europeus importantes dos séculos XVII e XVIII compartilhavam essa curiosidade: na França, Voltaire, Diderot e Rousseau; na Grã-Bretanha, John Locke e Adam Smith; e na Alemanha, Leibniz, que escreveu à eleitora Sophie Charlotte em 1697 que pretendia afixar em sua porta a placa “agência de notícias para a China” de modo que as pessoas soubessem que poderiam recorrer a ele para as novidades mais recentes da área (Burke, 2003, p. 172).

Por último, o **capítulo IX**, intitulado **“A confiança e a desconfiança no conhecimento: uma Coda”**, aborda o tema de como os critérios de confiabilidade do conhecimento variam e mudam nas mais diversas culturas, nos mais diferentes períodos. Expõe Burke (2003, p. 176): “Uma das tendências intelectuais mais importantes nos primórdios da Europa moderna foi a ascensão de diversos tipos de ceticismo em relação à pretensão ao conhecimento.” Aqui, ele faz uma distinção entre um alto ceticismo geral ou de natureza filosófica e um outro denominado baixo ceticismo prático, específico ou pragmático; caracterizando um dos principais temas do presente capítulo.

Em termos gerais, existia um considerável interesse pelo ceticismo filosófico, também conhecido como “pirronismo”, uma referência ao filósofo grego Pirro. Burke (2003, p. 177) expõe:

[...] o apelo das doutrinas céticas na Europa dos séculos XVI e XVII foi uma reação ao que foi chamado “crise intelectual da Reforma”, com base em que, nas controvérsias entre católicos e protestantes sobre as crenças religiosas, as Escrituras ou a tradição da Igreja, cada lado teve mais sucesso no ataque a seus oponentes do que na defesa de suas próprias posições. O argumento é plausível. Como quer que tenha começado, porém, o ceticismo acabou por estender-se para além das questões religiosas.

Tanto era assim que o autor exemplifica com o fato de que as obras de história não eram completamente confiáveis uma vez que os mesmos acontecimentos pareciam ser diferentes, a partir de pontos de vista distintos. Havia ainda para os estudiosos a preocupação de diferenciar os textos genuínos dos textos forjados no passado, a ponto de Burke (2003, p. 178) explicar: “Os debates sobre a autenticidade incentivaram a produção de muitas obras de referência desmascarando autores anônimos ou alguns que escreviam sob pseudônimos [...]”. Ademais, os testemunhos não se apresentavam como autênticos, dando espaço para se questionar sobre os episódios narrados: será que Enéias esteve algum dia na Itália já que Virgílio escrevia ficção? Poder-se-ia conhecer qualquer coisa relativa aos primeiros séculos da história romana, já que o historiador Tito Lívio narrara os eventos do período muito mais tarde do ocorrido?

No século XVII, outra arena de debate acerca da pretensão ao conhecimento podia ser encontrada na filosofia natural.

Nesse domínio, o ceticismo foi estimulado pela descoberta de um mundo além das aparências – um mundo de átomos, por exemplo – e pelas controvérsias que se seguiram sobre a natureza desse mundo. Nesse contexto, a muito citada frase de John Donne segundo a qual “a nova filosofia põe tudo em dúvida” é particularmente apropriada” (Burke, 2003, p. 178).

É na França que vamos encontrar um ceticismo moderado ou “mitigado” nos filósofos Pierre Gassendi e Martin Mersenne, isto é, considerava-se a essência das coisas, considerando um “conhecimento das aparências” (*scientia apparentiae*) que se baseava na descrição delas, todavia, excluindo explicações. Na Inglaterra, por sua vez, Robert Boyle expressava suas posições via um personagem denominado “Carnéades” presente em seu diálogo “O químico cético” (1661). Em seus escritos, Boyle fazia uso do termo de Montaigne, “ensaio” para indicar sua qualidade provisória, além de fazer uso de expressões como “não é improvável”, deixando implícito o que ele considerava como certa desconfiança diante de opiniões pelas quais ele se inclinava.

Na opinião de Burke, a gradual ascensão do ceticismo prático ou pragmático afetou possivelmente muito mais gente no longo prazo.

A autoridade dos antigos, especialmente de Aristóteles, era criticada e também a própria noção de “autoridade” intelectual nas universidades e fora delas. O termo “crítica”, empregado antes para designar o que chamaríamos crítica “textual” ou literária, tornou-se um termo mais geral, positivo e “na moda” em fins do século XVII e princípios do XVIII (Burke, 2003, p. 179).

Acontece que não apenas os debates filosóficos incentivaram o ceticismo pragmático, mas certamente a difusão de material impresso desencadeou uma explosão informacional. Em outros termos, a prensa tipográfica colocava “afirmações rivais num círculo muito mais amplo do que nunca [...]” (Burke, 2003, p. 179). Contudo, não era nova a consciência de contradições entre diferentes “autoridades” porque já no século XII o filósofo Pedro Abelardo já explorava essas contradições no seu tratado “Sim e não” (*Sic et non*). A diferença estava no fato de que muito provavelmente a multiplicidade dos livros permitiu que mais pessoas tivessem contato com as discrepâncias quer entre diferentes descrições dos mesmos fenômenos, quer entre diferenciados relatos de um mesmo acontecimento. Burke (2003, p. 179) exemplifica:

Relatos de viagens estavam sujeitos ao exame crítico de maneira semelhante às narrativas de eventos. À medida que mais viajantes para lugares distantes publicavam o relato do que tinham visto, as contradições entre eles ficavam claras. Alguns viajantes criticavam as imprecisões de outros, como o missionário dominicano João dos Santos criticou a descrição da África de Duarte Lopes, ou até denunciou escritores anteriores como mentirosos que nunca tinham ido aos lugares que declaravam ter conhecido.

Os críticos dos relatos de viagens, além de se esforçarem por detectar os impostores, procuravam cada vez mais observar em que medida os viajantes genuínos utilizavam ou copiavam textos anteriores ao invés de registrarem diretamente as suas próprias observações. Tal fato sinalizava também uma tentativa de ponderar diferentes testemunhos. Observa o autor do livro:

O que tornava urgente a crítica dos relatos de viagens era o fato de que a Royal Society (na Inglaterra) e associações semelhantes na Europa dependiam das observações dos viajantes sobre fenômenos naturais em outras partes do mundo. Elas poderiam tentar orientar as observações de seus colaboradores compondo e imprimindo questionários, mas restava o problema de avaliar os testemunhos. Em seu estudo dos efeitos do frio, por exemplo, Boyle usou o testemunho de Samuel Collins, médico que visitara a Rússia na década de 1660 (Burke, 2003, p. 180).

Foi possível observar que no século XVII houve uma diminuição do uso da tradição oral como fonte histórica devido às dúvidas crescentes dos historiadores quanto à sua confiabilidade. Não à toa que a existência de discrepâncias entre relatos diferentes sobre os mesmos eventos recém ocorridos converteu ainda mais leitores em céticos práticos. Exemplifica Burke (2003, p. 180):

Como comentou um inglês em 1569, “temos todo dia várias notícias, e às vezes se contradizem, mas todas são apresentadas como verdadeiras”. O surgimento da gazeta de notícias no século XVII tornou a falta de confiabilidade dos relatos dos “fatos” mais visível para maior número de pessoas do que nunca, pois relatos rivais e discrepantes dos mesmos eventos, por exemplo, batalhas, chegavam ao mesmo tempo às principais cidades e, assim, podiam ser comparados e contrastados.

A partir do exposto, Peter Burke considera razoável se referir a uma “crise do conhecimento” na Europa de fins do século XVII, ou conforme expressou o historiador da cultura Paul Hazard se referiu ao período entre 1680 e 1715, “a crise da consciência europeia”. Burke é cuidadoso ao fazer uso do termo “crise”: “Adaptando o termo, mas tentando ser tão preciso quanto possível, podemos usá-lo para nos referirmos a um período relativamente curto de confusão ou turbulência que leva a uma transição de uma estrutura



intelectual para outra” (Burke, 2003, p. 181). Uma busca de solução para o problema do conhecimento ao final do século XVII encontrou algumas possibilidades ou métodos:

- O método geométrico. Associado a René Descartes, que solucionou a sua própria crise cética por meio desse método, como expõe em sua obra *Discurso do método* (1637). O que ele fez? Deduziu o seu sistema intelectual a partir de um número mínimo de axiomas. Tal alternativa de solução teve apelo não apenas na França, repercutindo no trabalho de Spinoza intitulado “*Ética*” e no de John Locke, “*Ensaio sobre o entendimento humano*” (1690). Aponta Burke (2003, p. 182): “Leibniz era cético em relação à aplicabilidade geral do método geométrico, mas tinha esperança numa espécie de matemática universal que permitisse que os filósofos em desacordo se sentassem e calculassem a verdade. O meio para esse fim seria a concepção de uma “linguagem geral” ou “alfabeto do pensamento” (*alphabetum cognitionum*). A crença em tal língua universal não era incomum no século XVII.”
- O princípio do *verum factum* (fato verdadeiro). Formulado por Giambattista Vico no seu trabalho “*Nova Ciência*”, não atraiu muita atenção à época, tornando-se importante posteriormente. Esse princípio constituía “a verdade além de toda questão: já que o mundo da sociedade civil foi certamente feito pelos homens e que seus princípios podem ser encontrados por operações de nossa própria mente humana” (Burke, 2003, p. 182).
- Uma outra resposta à crise intelectual foi o método da experimentação. Como prática de produzir conhecimento, pode ser compreendido a partir da teoria de Bacon de “pôr a natureza em questão”. Acontece que não era possível estudar toda a realidade do mundo natural, via o experimento, muito menos a do mundo social. “Contudo havia sempre indução ou empirismo, um método que poderia ser descrito como uma versão mais fraca ou menos sistemática do experimento, com a vantagem de maior aplicabilidade” (Burke, 2003, p. 182).

Peter Burke reconhece que parece ser estranha a apresentação do empirismo como reação ao ceticismo, cuja descoberta ou invenção aconteceu em um período histórico particular. Isso se dá porque o empirismo ou a indução parecem ser um método universal, ou seja, sempre estiveram presentes nas diferentes sociedades. “Um ensaio recente sobre a história da verdade sugere que só há quatro razões para aceitar proposições como verdadeiras – sentimento, autoridade, razão e percepção sensorial. Embora as ‘quatro categorias sempre tenham estado aí’, o equilíbrio entre elas varia entre culturas e entre períodos” (Burke, 2003, p. 183). Acontece que no início do período moderno, Burke considera que esse equilíbrio se inclinava para uma convergência de razão e percepção sensorial, quer de forma direta ou às vezes mediada por instrumentos como o microscópio e o telescópio. O que caracterizava o novo era “uma consciência mais aguda do método, ligada ao uso de instrumentos científicos, à coleta cada vez mais sistemática de fatos particulares e ao surgimento dos manuais práticos – nada nos torna tão conscientes de nossos métodos como ter que descrevê-los por escrito.” (Burke, 2003, p. 183). O capítulo IX é encerrado apresentando alguns debates sobre credulidade, incredulidade e a sociologia do conhecimento.

Nota-se ao longo de toda a obra de Peter Burke, ainda que de forma tácita, a presença de seu interesse pelo pensamento do húngaro Karl Mannheim, pioneiro da “sociologia do conhecimento”. Mas, como compreender a sociologia do conhecimento e, por conseguinte, o trabalho de Burke? Em essência, a sociologia do conhecimento busca um

entendimento da relação entre o pensamento humano, como meio de ação coletiva (socialmente construído), e o contexto social-histórico em que ele surge e se desenvolve. Daí, a procura por definir os seus processos de socialização, sedimentação e legitimação que permitem um esforço de interpretação do mundo, quer de grupos sociais quer de indivíduos. Além disso, a sociologia do conhecimento, segundo Merton (1970, p. 553), “tem tratado virtualmente de toda a gama de produtos culturais (ideias, ideologias, crenças jurídicas e éticas, filosofia, ciência e tecnologia)”.

Em outras palavras, a sociologia do conhecimento procura analisar como os homens realmente pensam, não no sentido dos ordenamentos, classificações lógicas, mas sim na condução da ação coletiva, quer na política, quer na vida pública (Mannheim, 1982). Schütz (1964) em seus estudos buscou analisar como os homens desenvolvem o processo de construção do conhecimento, além de seus processos de socialização, sedimentação e legitimação. Para aquele autor, o esforço do homem para conhecer e interpretar o mundo baseia-se no “acúmulo de experiências prévias acerca dele e que foram recebidas pelos nossos pais, professores, cujas experiências acerca do ‘conhecimento disponível’ funcionam como um esquema de referência” (Schütz, 1964, p. 98).

Ademais, examinando alguns aspectos do que Schütz (1964) denomina de pensamento de sentido comum (conhecimento socialmente construído) e o pensamento do mundo privado (conhecimento subjetivo, individualizado), percebe-se como o contexto social (ambiente físico e sociocultural), além do aspecto histórico em que o indivíduo está inserido, exerce forte influência na forma como este mesmo indivíduo apreende, contempla, interpreta e conhece o mundo intersubjetivo e quanto à bagagem acumulada de experiências socialmente transmitidas, passam a constituir um norte e um referencial cognitivo, no sentido de aprendizagem e construção do seu saber pessoal.

No que diz respeito à obra de Peter Burke, é o sob o aspecto social que os conhecimentos nos séculos XVI, XVII e XVIII passam a ser o resultado de uma construção intersubjetiva, na qual os indivíduos partilham suas compreensões da realidade uns com os outros através de suas participações em instituições sociais. Com suas estruturas e seus papéis, estas entidades são responsáveis por legitimar o que os indivíduos entendem por verdadeiro e real. Entende-se por estruturas o repertório de ações que ao longo do tempo e de forma recíproca se tornam habituais a todas as pessoas que fazem parte de um determinado grupo em uma instituição. À instituição cabe buscar associar certos tipos de ações a certos tipos de indivíduos, estabelecendo uma estrutura de ação que seja compreendida e compartilhada como legítima.

Além disso, ainda é possível perceber na obra em tela que na origem de qualquer instituição social, há certos tipos de indivíduos que desempenham certos tipos de ações. Isso significa dizer que a ordem institucional é, essencialmente, representada por papéis. São os papéis desempenhados pelos distintos indivíduos, que padecem de ser substituídos por outros que também apresentam o tipo adequado, que tornam possível a existência das instituições como presença real na experiência individual (Berger; Luckmann, 2004). Indubitavelmente, Peter Burke de forma clara e acessível vai apresentando os significativos desafios humanos nos séculos XVI, XVII e XVIII para a construção, a absorção, a adaptação e o emprego dos conhecimentos nas diversas geografias e histórias das ações coletivas humanas.

## REFERÊNCIAS

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MANNHEIM, K. **Sociologia**. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1982.

MERTON, R.K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

SCHÜTZ, A. Elaboración de los objetos mentales en el pensamiento de sentido común. In: HOROWITZ, I. L. (org.). **Historia y elementos de la sociología del conocimiento**. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1964. v. 1.